

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507 - 12º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores e Acionistas da
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 3.126.710 mil controladora e R\$ 3.126.612 mil consolidada, decorrente principalmente dos instrumentos financeiros e de dívidas com instituições financeiras classificadas em sua totalidade no passivo circulante, devido ao descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos, bem como passivos junto ao poder concedente, fornecedores, entre outros. Adicionalmente, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 322.353 mil no exercício e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.076.908 mil, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e a Companhia se encontra em processo de relicitação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos também descrito na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis acima referidas, não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase

Processo administrativo – Caducidade da Concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), através do ofício datado de 02 de outubro de 2017, notificou a Companhia sobre a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/Anac/2012-SBKP. Tal processo administrativo foi suspenso em julho de 2020, quando ocorreu a qualificação da concessão no processo de relicitação, permanecendo desta forma enquanto durar o referido processo, por força do art. 14, § 3º, da Lei nº 13.448/17. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Relicitação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, o processo de recuperação judicial solicitado pela Companhia foi encerrado por decisão proferida em 10 de dezembro de 2020, após ter sido quitado o passivo vencido e vincendo no período de fiscalização definido pela lei da Recuperação Judicial, ficando pendentes de pagamento apenas a dívida financeira, que não foi considerada no processo de recuperação judicial por estar atrelada à alienação fiduciária de recebíveis, bem como a dívida junto ao Poder Concedente, que, nos termos do plano de recuperação judicial, será paga mediante compensação com a indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Concessionária terá direito no processo de relicitação.

Também conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 29 de março de 2020, a Companhia requereu sua qualificação para o processo de extinção amigável da concessão através da relicitação, em conformidade com a Lei nº 13.448/17, tendo obtido sua qualificação final em 16 de julho de 2020 e assinado com a Anac, em 15 de outubro de 2020, um Termo Aditivo ao Contrato de Concessão prevendo a extinção desta, o qual passou a ter eficácia em 11 de dezembro de 2020, com o cumprimento de determinadas condições suspensivas. Muito embora as medidas destinadas a dar seguimento ao processo de caducidade estejam sobrestadas pela qualificação da concessão para a relicitação, o descumprimento de determinadas condições do referido Termo Aditivo, podem ensejar a desqualificação do empreendimento, o que ensejaria a retomada imediata do processo de caducidade. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 não contêm ajustes e/ou reclassificações nos ativos da concessão, direito de outorga, outorga a pagar e passivos da concessão, em função das incertezas em relação aos efeitos da relicitação, quanto ao efetivo prazo e valores advindos desta relicitação, conforme detalhes apresentados na Nota Explicativa nº 29. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 06 de abril de 2021



Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.297	38.410	68.297	38.410
Depósitos vinculados	5	56.355	195.750	56.355	195.750
Contas a receber de clientes	6	60.098	55.801	60.098	55.801
Estoques	-	6.213	5.081	6.202	5.070
Partes relacionadas	7	15.079	8.855	18.016	10.625
Impostos a recuperar	8	15.828	25.136	15.625	24.933
Despesas antecipadas	-	4.201	3.284	4.201	3.284
Adiantamento a fornecedores	-	14.445	11.478	14.445	11.478
Outros ativos circulantes	-	1.728	1.735	1.728	1.735
Total do ativo circulante		242.244	345.530	244.967	347.086
Ativo não circulante					
Depósitos e cauções	-	3.906	27.466	3.906	27.466
Impostos a recuperar	8	23.003	22.681	23.003	22.681
Despesas antecipadas	-	403	1.203	403	1.203
Imobilizado	10	2.030	2.503	1.999	2.467
Intangível	11	5.174.785	5.275.599	5.174.785	5.275.595
Total do ativo não circulante		5.204.127	5.329.452	5.204.096	5.329.412
Total do ativo		5.446.371	5.674.982	5.449.063	5.676.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	2.246.890	2.343.485	2.246.890	2.343.485
Salários e encargos	-	12.861	17.092	12.851	17.081
Fornecedores	13	46.710	127.027	46.589	126.359
Impostos a recolher	16	38.136	32.355	37.449	31.749
Outorga a pagar	17	819.146	750.010	817.310	748.223
Partes relacionadas	7	19.417	19.093	24.802	24.478
Taxas aeroportuárias	19	161.241	155.607	161.241	155.607
Receitas diferidas		6.667	6.667	6.667	6.667
Outros passivos	-	17.788	17.706	17.878	17.796
Total do passivo circulante		3.368.856	3.469.042	3.371.677	3.471.445
Passivo não circulante					
Outorga a pagar	17	3.002.300	2.763.763	3.002.300	2.763.763
Impostos a recolher	16	61.346	73.444	61.035	72.482
Impostos diferidos	14	-	32.112	-	32.112
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	20	36.600	26.168	36.574	26.136
Provisão passivo a descoberto de controladas	9	-	-	208	107
Receitas diferidas		52.130	61.574	52.130	61.574
Outros passivos		2.047	3.434	2.047	3.434
Total do passivo não circulante		3.154.423	2.960.495	3.154.294	2.959.608
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Capital social	-	1.586.500	1.586.500	1.586.500	1.586.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400	400	400	400
Prejuízos acumulados	-	(2.663.808)	(2.341.455)	(2.663.808)	(2.341.455)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.076.908)	(754.555)	(1.076.908)	(754.555)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		5.446.371	5.674.982	5.449.063	5.676.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	22	784.781	695.600	784.781	695.600
Custo dos serviços prestados	23	(557.724)	(537.707)	(557.669)	(537.693)
Lucro bruto		227.057	157.893	227.112	157.907
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(91.788)	(56.730)	(91.794)	(56.715)
Resultado de equivalência patrimonial	9	-	-	(101)	(229)
Outras receitas e despesas operacionais	25	47.457	(102.766)	47.457	(102.766)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		182.726	(1.603)	182.674	(1.803)
Receitas financeiras	26	31.327	18.324	31.327	18.324
Despesas financeiras	26	(568.518)	(581.689)	(568.466)	(581.474)
Resultado financeiro líquido		(537.191)	(563.365)	(537.139)	(563.150)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(354.465)	(564.968)	(354.465)	(564.953)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	14 e 15	32.112	6.181	32.112	6.166
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		32.112	6.181	32.112	6.166
Prejuízo do exercício		(322.353)	(558.787)	(322.353)	(558.787)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	<u>(322.353)</u>	<u>(558.787)</u>	<u>(322.353)</u>	<u>(558.787)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(322.353)</u>	<u>(558.787)</u>	<u>(322.353)</u>	<u>(558.787)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
	Subscrito	A integralizar	Integralizado			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.728.500	(142.000)	1.586.500	400	(1.782.668)	(195.768)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(558.787)	(558.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.728.500	(142.000)	1.586.500	400	(2.341.455)	(754.555)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(322.353)	(322.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.728.500</u>	<u>(142.000)</u>	<u>1.586.500</u>	<u>400</u>	<u>(2.663.808)</u>	<u>(1.076.908)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(322.353)	(558.787)	(322.353)	(558.787)
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	168.052	169.543	168.042	169.524
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(32.112)	(6.181)	(32.112)	(6.166)
Atualização monetária da outorga a pagar (IPCA-IBGE)	60.811	153.587	60.633	153.587
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	118.161	120.388	118.260	120.388
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	101	229
Receita diferida	(9.444)	-	(9.444)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.309	1.548	2.309	1.548
Provisão para contingências	10.432	9.743	10.438	9.743
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(47.457)	102.765	(47.457)	102.765
Juros provisionados	355.538	272.145	355.538	272.046
	<u>303.937</u>	<u>264.751</u>	<u>303.985</u>	<u>264.877</u>
Variações nos ativos operacionais				
Clientes	(6.606)	(22.930)	(6.606)	(22.930)
Estoques	(1.132)	(263)	(1.132)	(263)
Partes relacionadas	(6.224)	(168)	(7.391)	(841)
Impostos a recuperar	8.986	40.474	8.986	40.474
Despesas antecipadas	(117)	(1.485)	(117)	(1.485)
Depósitos e cauções	23.560	-	23.560	-
Adiantamentos de fornecedores	(2.967)	(1.984)	(2.967)	(1.984)
Outros ativos	7	5	7	5
Varição nos passivos operacionais				
Fornecedores	(80.317)	15.382	(79.770)	15.323
Salários e encargos sociais	(4.231)	577	(4.230)	577
Impostos a recolher	(6.317)	(2.703)	(5.747)	(2.089)
Partes relacionadas	324	728	324	728
Taxas aeroportuárias	5.634	12.202	5.634	12.202
Outorga a pagar	30.207	30.776	30.207	30.776
Outros passivos	(1.305)	(228)	(1.304)	(241)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(209.674)	(216.725)	(209.674)	(216.725)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>53.765</u>	<u>118.409</u>	<u>53.765</u>	<u>118.404</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	144.851	6.992	144.851	6.992
Aquisição de bens do imobilizado	-	(219)	-	(215)
Aquisição de intangível	(19.308)	(20.169)	(19.308)	(20.167)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>125.543</u>	<u>(13.396)</u>	<u>125.543</u>	<u>(13.390)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos amortizados	(149.421)	(102.344)	(149.421)	(102.344)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(149.421)</u>	<u>(102.344)</u>	<u>(149.421)</u>	<u>(102.344)</u>
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>29.887</u>	<u>2.669</u>	<u>29.887</u>	<u>2.670</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	38.410	35.741	38.410	35.740
No fim do exercício	68.297	38.410	68.297	38.410
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>29.887</u>	<u>2.669</u>	<u>29.887</u>	<u>2.670</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita gerada:	886.452	793.522	886.452	793.522
Receita de serviços prestados	884.699	786.097	884.699	786.097
Receita de construção - OCPC 05	4.062	8.853	4.062	8.853
Provisão para perda de crédito esperadas	(2.309)	(1.428)	(2.309)	(1.428)
Insumos adquiridos de terceiros:	(318.844)	(436.452)	(318.836)	(436.452)
Custos dos serviços prestados	(302.638)	(286.751)	(302.626)	(286.751)
Custos de construção - OCPC 05	(4.062)	(8.853)	(4.062)	(8.853)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(21.705)	(13.069)	(21.705)	(13.069)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	47.457	(102.766)	47.457	(102.766)
Outros	(37.896)	(25.013)	(37.900)	(25.013)
Valor adicionado bruto	567.608	357.070	567.616	357.070
Depreciação e amortização	(168.052)	(169.543)	(168.042)	(169.524)
Valor adicionado líquido	399.556	187.527	399.574	187.546
Valor adicionado recebido em transferência	31.327	18.324	31.226	18.095
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(101)	(229)
Receitas financeiras	31.327	18.324	31.327	18.324
Valor adicional total a distribuir	430.883	205.851	430.800	205.641
Distribuição do valor adicionado	430.883	205.851	430.800	205.641
Pessoal	95.981	88.521	95.981	88.528
Remuneração direta	58.001	57.131	58.001	57.131
Benefícios	34.092	26.600	34.092	26.607
FGTS	3.888	4.790	3.888	4.790
Impostos, taxas e contribuições	88.736	94.425	88.705	94.423
Federais	48.352	59.969	48.352	59.969
Estaduais	-	39	-	39
Municipais	40.384	34.417	40.353	34.415
Remuneração de capital de terceiros	568.519	581.692	568.467	581.477
Despesas financeiras	568.518	581.689	568.466	581.474
Aluguéis	1	3	1	3
Remuneração de capitais próprios – Prejuízo do exercício	(322.353)	(558.787)	(322.353)	(558.787)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de nº 002/2011 (“Leilão”) e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as seguintes atividades:

- (i) A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- (ii) A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- (iii) A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- (iv) O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a Anac o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas pelo prazo de 30 anos, contados da data de eficácia – 11 de julho de 2012.

A sede social da empresa está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo, Parque Viracopos, no município de Campinas, no Estado de São Paulo-SP.

A Companhia tem os seguintes acionistas: (i) Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (“Infraero”), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada pelo Edital de Leilão.

Em contraprestação ao direito de exploração do aeroporto, a Companhia deverá pagar à União Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão. A contribuição fixa ofertada foi de R\$ 3.821.000, a ser paga em parcelas anuais de R\$ 127.367, reajustadas pela variação do IPCA-IBGE. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no contrato de concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: **(a)** término da vigência do contrato; **(b)** retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; **(c)** caducidade da concessão; **(d)** rescisão do contrato; **(e)** anulação do contrato; ou **(f)** falência ou extinção da Companhia. Com o advento da Lei nº 13.448/17, passou a ser possível também a extinção amigável do contrato de concessão, por meio de processo de relicitação.

Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da Infraero, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias.

Em 23 de abril de 2016, o Novo Terminal de Passageiros (NTPS) passou a operar todos os voos das companhias aéreas do Aeroporto de Viracopos.

Recuperação judicial e Relicitação

Em 07 de maio de 2018, a Companhia protocolou, o pedido de Recuperação Judicial ("RJ"), buscando assegurar a continuidade das atividades, a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos) e o recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e de seguridade social, expressivas aos cofres públicos. Tal pedido foi deferido pelo juízo da 8ª vara cível da comarca de Campinas em 23 de maio de 2018.

Ao longo do processo de negociação com seus credores, a Companhia apresentou dois planos de recuperação judicial, sendo que o segundo deles, em 12.02.2020 ("Plano de RJ"). No Plano de RJ, a Companhia resguardou as obrigações do Contrato de Concessão na sua integralidade e propôs direcionar a totalidade do fluxo de caixa da concessão para o pagamento e quitação dos créditos abrangidos na RJ. A Companhia se obrigou a protocolar perante a Anac, no prazo de até 15 dias úteis contados da data de homologação judicial do PRJ, requerimento de relicitação, nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei nº 13.448/17 e do artigo 3º do Decreto nº 9.957/19. Foi também reconhecido no Plano de RJ que a dívida financeira não se sujeitaria ao regime da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º, da lei 11.101/05, por estar garantida pela alienação fiduciária dos recebíveis emergentes da concessão.

Assim, a dívida sujeita ao processo de RJ totalizou aproximadamente R\$ 5,3 bilhões, dos quais R\$ 8,2 milhões correspondiam à classe I (créditos trabalhistas), R\$ 10 milhões correspondiam à classe IV (créditos devidos a microempresas e a empresas de pequeno porte) e R\$ 5,29 bilhões correspondiam à classe III (créditos quirografários). Dos créditos quirografários, os valores devidos às partes relacionadas eram de R\$ 11,1 milhões e os devidos à Agência Nacional de Aviação Civil eram de aproximadamente R\$ 5,05 bilhões (sem considerar as estimativas dos pleitos de reequilíbrio a favor de Viracopos, que, acaso acatados, diminuirão este valor).

A readequação dos fluxos de pagamento proposta visou priorizar o pagamento de obrigações essenciais à operação do negócio e o pagamento de maneira equilibrada a todos os credores - como funcionários, fornecedores e bancos - serão pagos de maneira equilibrada, de acordo com a natureza de seu crédito.

De acordo com o Plano de RJ, os Créditos Trabalhistas seriam quitados mediante o pagamento, em até 30 dias da data de homologação judicial do plano, de R\$ 10 (dez mil reais) por credor trabalhista, limitado ao valor do seu crédito e o saldo em 11 parcelas mensais iguais e sucessivas. Os créditos devidos a microempresas e a empresas de pequeno porte seriam quitados mediante o pagamento de 12 parcelas de R\$ 4,17 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), até o limite do respectivo crédito, sendo o saldo, acaso existente, pago em 24 parcelas mensais iguais e sucessivas.

Os créditos quirografários decorrentes do Contrato de Concessão, isto é, aqueles detidos pela Anac, serão pagos no âmbito da relicitação, mediante dedução do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Concessionária tem direito, conforme explicado mais detalhadamente a seguir. Da mesma forma, os créditos quirografários detidos por partes relacionadas serão pagos ao final e ficam condicionados ao resultado favorável no âmbito da arbitragem que discutirá o valor da indenização. Os demais créditos quirografários serão pagos em 24 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 83,3 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), até o limite de cada crédito, e o saldo, acaso existente, será pago em 48 parcelas mensais. O pagamento da dívida financeira (não sujeita à RJ) será realizado quando do recebimento pela Companhia da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados. Desta indenização serão abatidas as dívidas relativas ao contrato de concessão que a Companhia tiver com o Poder Concedente e o saldo será entregue pelo novo concessionário diretamente aos credores financeiros, na forma autorizada pelo art. 15, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 13.448/17.

O Plano de RJ também previu que na hipótese de ser assinado o Aditivo ao Contrato de Concessão prevendo a relicitação do empreendimento, o saldo então existente seria pago integralmente, em parcela única, em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do referido Aditivo.

Em 14 de fevereiro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Na mesma data, foi celebrado acordo entre a Anac e a Companhia no bojo da recuperação judicial, tendo sido celebrado, ainda, um compromisso arbitral, com o objetivo de instituir arbitragem como método para resolução dos conflitos entre a Companhia e o Poder Concedente, incluindo as controvérsias objeto das ações judiciais referidas anteriormente.

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 18 de fevereiro de 2020, iniciando-se os pagamentos em 25 de março de 2020.

Em 19 de março de 2020, a Companhia requereu à Anac a relicitação da concessão do Aeroporto de Viracopos, fundamentada no quanto disposto no artigo 14, § 2º, da Lei nº 13.448/17 e no artigo 3º do Decreto nº 9.957/19.

Em 26 de maio de 2020, a Diretoria da Anac confirmou, por unanimidade, a viabilidade técnica e jurídica da relicitação da concessão.

Em 02.06.2020, o Ministro de Estado da Infraestrutura confirmou a compatibilidade do procedimento de relicitação com as políticas públicas para o setor e encaminhou o processo para análise do CPPI, que, em 10 de junho de 2020, aprovou a proposta de relicitação da concessão.

O processo foi submetido, então, à Presidência da República, tendo sido editado, em 16 de julho de 2020, o Decreto nº 10.427/20, qualificando o empreendimento no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, para fins de relicitação. O Decreto determinou que o Ministério da Infraestrutura submetesse, no prazo de noventa dias, ao CPPI a avaliação quanto à possibilidade de transferência das dívidas da ABV junto aos financiadores para a nova concessionária, nos termos do disposto no § 4º do art. 17 da Lei nº 13.448/17, o que dependeria de manifestação do Ministério da Economia. Esse mesmo Decreto, por fim, estabeleceu que a qualificação perderia a sua eficácia na hipótese de o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prevendo e disciplinando a relicitação, não fosse firmado no prazo de noventa dias.

Com a qualificação, ficaram sobrestadas as medidas destinadas a dar seguimento ao processo de caducidade em curso, conforme previsto no art. 14, § 3º, da Lei 13.448/17.

Em 15 de outubro de 2020, a ABV assinou, com ressalvas, o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que prevê a relicitação do empreendimento. A eficácia deste Termo Aditivo, contudo, estava condicionada à comprovação de inexistência de Recuperação Judicial no prazo de até 60 dias, contados da data de sua assinatura.

Em 04 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou o 1º Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo ao PRJ”), por meio do qual foi alterada a condição de pagamento de um único credor, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, prevendo o pagamento imediato de uma fração do crédito, no montante de R\$ 18.500, o pagamento de juros mensais sobre o saldo devedor à taxa de 6% a.a. e o pagamento do saldo devedor, de R\$ 65.529, até 31.10.2023. A FINEP concordou expressamente e por escrito com o referido Aditivo ao PRJ. A TPI, na qualidade de garantidora do acionista privado e principal pagadora do crédito, realizou o pagamento dos R\$ 18.500, sub-rogando-se no direito da FINEP. O Acionista Privado fará o pagamento deste valor nas condições de pagamento previstas no PRJ para os créditos detidos por Partes Relacionadas.

Paralelamente, também em 04 de dezembro de 2020, a Companhia quitou todas as demais obrigações assumidas no PRJ com vencimento no interregno do prazo de 2 (dois) anos de supervisão judicial, previsto pelo art. 61, caput, da Lei 11.101/05 e requereu o encerramento de sua recuperação judicial. Ficaram pendentes de pagamento somente os créditos detidos pela Anac, por Partes Relacionadas e parte do crédito detido pela FINEP, que serão pagos na forma prevista no PRJ.

Em 10 de Dezembro de 2020, o MM. Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas proferiu sentença na qual declarou o encerramento da Recuperação Judicial, uma vez verificada a quitação de todo o passivo vencido e vincendo no período de fiscalização definido pela lei da Recuperação Judicial.

Ato seguinte, e para cumprimento do disposto no artigo 8º, XIV, do Decreto 9.957/2019, a Concessionária comprovou para a Anac o levantamento de sua RJ, de maneira que o Termo Aditivo teve sua eficácia iniciada em 11 de dezembro de 2020. Ato contínuo, a Companhia pediu a extinção de todas as ações judiciais em curso, cujo objeto eram os reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão e as multas diárias e por evento impostas pela Anac.

O processo de relicitação encontra-se em curso, ainda na sua primeira fase, a de estudos. A Secretaria Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, editou um Edital de Chamamento Público chamando pessoas físicas ou jurídicas de direito privado interessadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos que subsidiem a modelagem da concessão para a expansão, exploração e manutenção do Aeroporto Internacional de Viracopos, e vem postergando a data-final de sua apresentação.

Uma vez que sejam apresentados os estudos, será feita a modelagem e, então, o projeto será levado à audiência pública e, a depender do que for requerido, será adequado. A fase seguinte consiste na submissão da minuta do edital de licitação ao Tribunal de Contas da União (TCU), a quem cabe examiná-la e aprová-la previamente. Feitas as adequações eventualmente exigidas, o Edital de Licitação poderá ser divulgado e uma data será estabelecida para o leilão de relicitação.

As operações do aeroporto seguem dentro da normalidade e a Companhia continuará prestando os serviços de acordo com os níveis de qualidade e excelência que posicionaram Viracopos como o Melhor Aeroporto de Passageiros do Brasil (eleito por treze vezes) e o Melhor Aeroporto de Cargas do Mundo na categoria até 400 mil toneladas/ano.

É importante reforçar que o aeroporto mantém os pagamentos dos empréstimos e financiamentos e também o das demais despesas operacionais em dia, através do caixa gerado nas suas operações.

Código de ética empresarial

Em adição a Aeroporto Brasil Viracopos S.A. criou o código de conduta ética empresarial aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tendo como objetivo a formalização das diretrizes éticas a serem observadas na empresa. Essas diretrizes têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo, com a finalidade de minimizar os conflitos éticos, ação ou omissão que possam ir contra os objetivos empresariais e comportamentais, reforçando desta forma a conduta ética estabelecida.

Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Em conformidade com as recomendações de segurança e saúde, a Concessionária instituiu um Comitê de Resposta ao Coronavírus e estabeleceu um Plano de Contingência como medida de prevenção e de mitigação da propagação do vírus no ambiente corporativo. Esse Plano de Contingência tem como objetivo intensificar o compromisso na preservação da saúde e segurança de colaboradores e familiares; reforçar a importância das recomendações já circuladas; evitar e conter a propagação da infecção e da transmissão do contágio da doença coronavírus (Covid-19) e preservar a saúde de empregados, terceirizados, além de clientes, que circulam diariamente nas áreas comuns do aeroporto, e que por este motivo podem estar mais suscetíveis a contrair a doença; além de garantir a manutenção das atividades essenciais de operação do aeroporto, buscando a sustentabilidade do negócio.

As responsabilidades do Comitê compreendem: **i)** a adoção de medidas preventivas e contingenciais alinhadas às estratégias da Diretoria Executiva; **ii)** a comunicação das diretrizes e orientações a todos os gestores; **iii)** o recebimento, avaliação e aprovação junto à Diretoria dos planos sugeridos por cada gestor; o monitoramento da execução das ações pelos diversos setores da Companhia e **iv)** o reporte à Diretoria Executiva semanalmente e/ou quando necessário da situação de saúde dos colaboradores e demais questões pertinentes ao escopo do Comitê.

As principais medidas adotadas consistiram no afastamento dos colaboradores pertencentes a grupos de risco, isolamento domiciliar de colaboradores com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool em gel nos escritórios, postos de atendimento e áreas do aeroporto em geral; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“*home office*”) para todos os profissionais enquadrados; flexibilização dos horários de entrada e saída do trabalho, a adoção de turnos de trabalho e o fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais cujas atividades requeiram a presença física no ambiente de trabalho; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 06 de abril de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperadas assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2020:

(i) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(ii) Companhia consolidada

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	Controle direto do capital social %	
	31/12/2020	31/12/2019
Viracopos Estacionamento S/A Brasil	100,00%	100,00%

(b) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa.

Depósitos Vinculados

Depósitos vinculados, são certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios de equivalentes de caixa, porém serão utilizados durante o ano para a liquidação de empréstimos.

3.2. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização. Com a adoção do CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos financeiros, a Cia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.3. Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, ajustados ao valor de mercado quando este for inferior ao custo. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios.

Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

3.5. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado “*pro rata dia*” até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.8. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia e sua distribuição durante o exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para companhia abertas e como informação suplementar às demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista não ser obrigatória para os demais tipos de sociedades. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

3.9. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades do grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Receitas tarifárias

São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) destacadas a seguir:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

d) Tarifa de armazenagem

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) Tarifa de capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Receitas não tarifárias

A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, descontadas dos pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações contábeis como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a zero.

3.11. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

O imposto de renda e contribuição social correntes são relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal nas situações quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando necessário.

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre faturamento

A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga). Os procedimentos normalmente adotados, na prática, para reconhecimento da receita, como, por exemplo, a exigência de que a receita tenha sido ganha, são aplicações dos critérios de reconhecimento definidos nesta Estrutura Conceitual. Tais procedimentos são geralmente direcionados para restringir o reconhecimento como receita àqueles itens que possam ser mensurados com confiabilidade e tenham suficiente grau de certeza.

3.12. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiros são transferidos.

Mensuração:

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívidas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho do resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento).

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- A estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial.

Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

ii. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.14. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.15. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Companhia tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (revertidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (*workload unit – WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se for provável que os benefícios econômicos associados a esses itens fluirão para a Companhia em períodos futuros e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1))

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- (b) O Poder Concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1).

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão da posse desses bens para a prestação de serviços públicos, em nome do Poder Concedente e nas condições previstas no contrato, sendo que os bens serão revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão e dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

A Administração da Companhia através de estudos e levantamentos internos identificou custos que só existem em função da obra do novo terminal de passageiros e que geram redução no resultado da empresa.

Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Após a finalização das obras, a Administração alterou a margem de construção para zero.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente em julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado.

3.16. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 26,417% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, líquida dos cancelamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a eventos futuros e outras fontes de incerteza utilizadas nas estimativas que possuem o risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são apresentadas a seguir:

Amortização do ativo intangível

Conforme citado na Nota Explicativa nº 3.7, a amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit (WLU)*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Devido à natureza de longo prazo e à complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não é viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das normas jurídicas, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.19. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O valor em uso do ativo é estimado a partir do fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual. Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato firme de venda em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em virtude da não concretização da demanda esperada para o Aeroporto de Viracopos, da impossibilidade de exploração econômica de todo o sítio aeroportuário, em virtude de descumprimento contratual do Poder Concedente, dos prejuízos apresentados nos últimos exercícios e das operações gerarem um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, a Companhia possui indicativos de que o valor contábil de seus ativos possa exceder seu valor recuperável e que os benefícios econômicos futuros poderão não ser suficientes para sua recuperação. Desta forma, a Administração estimou o seu valor recuperável, através de uma estimativa formal, conforme previsto pelo pronunciamento técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (Nota Explicativa nº 11).

3.20. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, lançados no resultado mensalmente de acordo com a vigência das apólices de seguros.

3.21. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3)
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8)
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
- Alterações nas referências à estrutura conceitual básica (várias normas)
- Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16)

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (diante das quais não se esperam impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, não estão sendo efetuadas divulgações adicionais):

- IFRS 17 Contratos de seguros
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
- Referências à Estrutura Conceitual

- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	23.133	12.286	23.133	12.286
Aplicações em renda fixa	45.164	26.124	45.164	26.124
Total	68.297	38.410	68.297	38.410

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

5. Depósitos Vinculados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos vinculados (i)	56.355	195.750	56.355	195.750
Total	56.355	195.750	56.355	195.750
Circulante	56.355	195.750	56.355	195.750
Total	56.355	195.750	56.355	195.750

- (i) O valor de R\$ 56.355 (R\$ 195.750 em 2019), consolidado, refere-se às reservas monetárias em formação aplicadas em bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI e supervisionadas pelo agente fiduciário, composto por R\$ 28.615 destinados a honrar a Contribuição Mensal (antigo ATAERO) e os compromissos previstos no contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (Nota Explicativa nº 12) e o valor de R\$ 27.738 reservados para o pagamento de outorga fixa e variável. Os valores citados foram cedidos fiduciariamente aos agentes financiadores, estão bloqueados e serão liberados conforme previsto no contrato de cessão fiduciária de recebíveis. A diferença dos saldos existentes nos dois exercícios se deve ao pagamento das dívidas e à liberação de recursos pelos financiadores para o pagamento dos créditos relativos à Recuperação Judicial.

6. Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Teca correntista (a)	20.863	13.373	20.863	13.373
Embarque e conexão (b)	14.249	21.109	14.249	21.109
Pouso e permanência (c)	12.315	9.741	12.315	9.741
Locação de espaços (d)	22.498	19.096	22.498	19.096
Estacionamentos (e)	18	18	-	-
Total	69.943	63.337	69.925	63.319
(-) Provisão para perda de crédito esperadas (f)	(9.845)	(7.536)	(9.827)	(7.518)
Total (g)	60.098	55.801	60.098	55.801

- (a)** Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio;
- (b)** Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio;
- (c)** Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves;
- (d)** Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento;
- (e)** Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos;
- (f)** Constituição de provisão por perdas esperadas e estimadas de títulos, que, na sua maioria, estão vencidos há mais de 180 dias.
- (g)** Incluso no contas a receber **(a)** “Teca correntista”, **(b)** “Embarque e conexão” e **(c)** “Pouso e permanência” o percentual de 26,4165% relativos à Contribuição Mensal e Adicional de Tarifa Aeroportuária TAN e TAT conforme tabela usual do DECEA e Infraero a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	53.852	48.912	53.852	48.912
Vencidos				
De 1 a 30 dias	2.405	2.590	2.405	2.590
De 31 a 60 dias	416	275	416	275
De 61 a 90 dias	460	608	460	608
De 91 a 180 dias	810	1.439	810	1.439
De 181 a 360 dias	1.114	759	1.114	741
Acima de 360 dias	10.886	8.754	10.868	8.754
Total	69.943	63.337	69.925	63.319

Movimentação na Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(7.536)	(5.988)	(7.518)	(5.971)
Adição de provisão para perda de crédito esperadas	(4.116)	(2.445)	(4.116)	(2.444)
Reversão de provisão para perda de crédito esperadas	1.807	897	1.807	897
Total	(9.845)	(7.536)	(9.827)	(7.518)

7. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	5.700	-	-	1.174	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.981	-	-	1.407	-
Outros						
Infraero (iii)	7.533	17.414	-	7.224	17.664	-
Viracopos Estacionamentos S.A. (iv)	10	-	-	-	-	-
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	1.835	-	-	457	-	-
UTC Engenharia. (vii)	1	-	-	-	-	-
Total	15.079	19.417	-	8.855	19.093	-

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	5.700	-	-	1.174	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.981	-	-	1.407	-
Infraero (iii)	7.533	17.414	-	7.224	17.664	-
Viracopos Estacionamentos S.A. (iv)	2.947	5.385	-	1.771	5.385	-
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	1.835	-	-	456	-	-
UTC Engenharia. (vii)	1	-	-	-	-	-
Total	18.016	24.802	-	10.625	24.478	-

(i) **Consórcio Construtor Viracopos:** o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A.

A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$ 69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$ 2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction* (EPC) – “*Turn Key-Lump Sum*” - das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. O valor adicionado ao intangível refere-se aos gastos incorridos nas obras, no exercício.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do “Aditivo ao Contrato de Construção”. Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros foi necessário o aditivo de R\$ 176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e de R\$ 602.174 por modificações de projetos, totalizando R\$ 778.601, cuja data base refere-se a setembro de 2012.

Em julho de 2020 iniciaram-se as composições de acordos referente a reclamações trabalhistas em que a Companhia figurava como responsável subsidiária.

(ii) Egis Airport Operation: refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ou assistências gerenciais e operacionais, limitados à apresentação dos “*deliverables*”. Esse contrato aprovado por deliberação ocorrida em 18 de março de 2014 pelo Conselho de Administração, com base em um orçamento de € 1.841 mil euros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e o término dos serviços ocorrerá nos prazos previstos, aplicável a cada um dos escopos de trabalho que constitui o objeto do contrato. As partes têm a opção de estender o prazo de prestação de serviços, com os correspondentes ajustes de preço, sempre mediante celebração de termo aditivo. A vigência do contrato é por tempo indeterminado;

(iii) Infraero: refere-se a valores de repasses relativos à operação de transição, reembolso de despesas pagas pela Infraero como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria, suporte e desenvolvimento de TI e reembolso de despesas pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. com impostos de faturamentos repassados à Infraero, da utilização de áreas, taxas de administração de cartões, serviços de TI e outros, despesas de utilidades públicas (água, energia e outros);

(iv) Viracopos Estacionamento S.A.: refere-se à outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento.

A Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA) é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (ABV), desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV de um nicho específico de serviços, criada por força do contrato de concessão. Em abril de 2018, o Banco Citibank, operador financeiro da concessão, passou o valor aplicado da VESA para a ABV para recomposição da conta reserva, assim deixando uma dívida registrada como partes relacionadas;

(v) Triunfo Participações e Investimentos (TPI): refere-se ao reembolso de despesas a serem pagas pela “Viracopos”;

(vi) Aeroportos Brasil S.A. (ABSA): o valor refere-se às despesas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “ABSA”.

(vii) UTC Engenharia: refere-se às despesas trabalhistas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “UTC”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado/Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração da diretoria executiva	2.892	2.868
Honorários dos conselheiros (Nota Explicativa nº 24)	1.332	1.356
Total	4.224	4.224

8. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS/Cofins – Não cumulativo e retenções na Lei nº 10.833/2003	31.678	39.915	31.678	39.915
IRRF sobre aplicações financeiras	6.495	5.221	6.296	5.022
ISSQN a compensar	304	124	300	120
Outros	354	2.557	354	2.557
Total	38.831	47.817	38.628	47.614
Circulante	15.828	25.136	15.625	24.933
Não circulante	23.003	22.681	23.003	22.681
Total	38.831	47.817	38.628	47.614

9. Investimentos

Em 07 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos, cujo capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.000.

A VESA operou de 1º de maio de 2015 a dezembro de 2016, quando entrou em vigor um contrato de cessão de uso de áreas de estacionamentos em aeroporto, celebrado pela Companhia e a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar), através do qual a Estapar realizou o pagamento prévio à Companhia de R\$ 80 milhões pelo direito de explorar o estacionamento pelo prazo contratual de 144 meses.

A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes (Provisão passivos a descoberto)

Investimento	Patrimônio líquido	Participação	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2020	Investimentos permanentes em 31/12/2019
Viracopos Estacionamento S.A.	(208)	100%	(101)	(208)	(107)

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2019	Aportes de capital e AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2020
Viracopos Estacionamento S.A.	(107)	-	(101)	(208)

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020 e 2019 da controlada Viracopos Estacionamento S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	5.599	5.599
Ativo não circulante	31	40
Total do ativo	5.630	5.639
Passivo circulante	5.593	4.844
Passivo não circulante	337	994
Patrimônio líquido	(300)	(199)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.630	5.639
Resultado bruto	(55)	(14)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(46)	(215)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(101)	(229)
Prejuízo do exercício	(101)	(229)

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Consolidado			
		31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Equipamentos de processamento de dados	-	3.557	-	-	3.557
Móveis e utensílios	-	1.691	-	-	1.691
Veículos	-	328	-	-	328
Máquinas e equipamentos	-	2.777	-	-	2.777
Instalações	-	39	-	-	39
Total custos	-	8.392	-	-	8.392
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(3.612)	(60)	-	(3.672)
Móveis e utensílios	10%	(952)	(126)	-	(1.078)
Veículos	20%	(309)	(7)	-	(316)
Máquinas e equipamentos	10%	(1.002)	(277)	-	(1.279)
Instalações	10%	(14)	(3)	-	(17)
Total depreciação		(5.889)	(473)	-	(6.362)
Total líquido		2.503	(473)	-	2.030

	Taxa anual de depreciação	Controladora			
		31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Equipamentos de processamento de dados	-	3.551	-	-	3.551
Móveis e utensílios	-	1.670	-	-	1.670
Veículos	-	328	-	-	328
Máquinas e equipamentos	-	2.763	-	-	2.763
Instalações	-	17	-	-	17
Total custos		8.329	-	-	8.329
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(3.394)	(58)	-	(3.452)
Móveis e utensílios	10%	(1.008)	(124)	-	(1.132)
Veículos	20%	(308)	(7)	-	(315)
Máquinas e equipamentos	10%	(1.141)	(277)	-	(1.418)
Instalações	10%	(11)	(2)	-	(13)
Total depreciação		(5.862)	(468)	-	(6.330)
Total líquido		2.467	(468)	-	1.999

11. Intangível

a) Composição

	Consolidado			31/12/2019
	31/12/2020			
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga - direito da concessão	3.094.217	(373.005)	2.721.212	2.793.966
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(22.913)	63.309	66.203
Licença ambiental CETESB	23.948	(18.958)	4.990	5.404
ERP e softwares	22.395	(18.404)	3.991	5.708
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	76.635	(18.325)	58.310	58.329
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(611)	463	548
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.533.470	(394.260)	3.139.210	3.223.446
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(6.927)	57.506	58.989
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(995.710)	-	(995.710)	(1.043.167)
Intangível em andamento	121.504	-	121.504	106.173
Total	6.028.188	(853.403)	5.174.785	5.275.599

	Controladora			
	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga - direito da concessão	3.094.217	(373.005)	2.721.212	2.793.966
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(22.913)	63.309	66.203
Licença ambiental CETESB	23.948	(18.958)	4.990	5.404
ERP e softwares	22.357	(18.366)	3.991	5.704
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	76.635	(18.325)	58.310	58.329
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(611)	463	548
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.533.470	(394.260)	3.139.210	3.223.446
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(6.927)	57.506	58.989
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(995.710)	-	(995.710)	(1.043.167)
Intangível em andamento	121.504	-	121.504	106.173
Total	6.028.150	(853.365)	5.174.785	5.275.595

b) Movimentação

	Consolidado						
	31/12/2019	Adições	Baixas	Impairment	Transferência	31/12/2020	
Custo							
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	-	3.094.217	
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	-	86.222	
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	-	23.948	
ERP e softwares	22.060	335	-	-	-	22.395	
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	73.660	2.975	-	-	-	76.635	
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	-	1.074	
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.532.803	667	-	-	-	3.533.470	
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	-	64.433	
Provisão para impairment	(1.043.167)	-	-	47.457	-	(995.710)	
Intangível em andamento	106.173	15.331	-	-	-	121.504	
Total	5.961.423	19.308	-	47.457	-	6.028.188	
	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Impairment	Transferência	31/12/2020
Amortização acumulada							
Outorga - direito de concessão	(*)	(300.251)	(72.754)	-	-	-	(373.005)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(20.019)	(2.894)	-	-	-	(22.913)
Licença ambiental CETESB (Terminal 0)	(**)	(18.544)	(414)	-	-	-	(18.958)
ERP e softwares	20%	(16.352)	(2.052)	-	-	-	(18.404)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(15.331)	(2.994)	-	-	-	(18.325)
Benfeitorias estacionamento	10%	(526)	(85)	-	-	-	(611)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	(*)	(309.357)	(84.903)	-	-	-	(394.260)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(5.444)	(1.483)	-	-	-	(6.927)
Total amortização		(685.824)	(167.579)	-	-	-	(853.403)
Total líquido		5.275.599	(148.271)	-	47.457	-	5.174.785

	Controladora					31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Impairment	Transferência	
Custo						
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	-	23.948
ERP e softwares	22.023	334	-	-	-	22.357
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	73.660	2.975	-	-	-	76.635
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	3.532.803	667	-	-	-	3.533.470
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	-	64.433
Provisão para impairment	(1.043.167)	-	-	47.457	-	(995.710)
Intangível em andamento	106.173	15.331	-	-	-	121.504
Total custos	5.961.386	19.307	-	47.457	-	6.028.150

	Taxa anual de amortização	31/12/2019					31/12/2020
		Adições	Baixas	Impairment	Transferência		
Amortização acumulada							
Outorga - direito de concessão	(*)	(300.251)	(72.754)	-	-	-	(373.005)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	(**)	(20.019)	(2.894)	-	-	-	(22.913)
Licença ambiental CETESB	(**)	(18.544)	(414)	-	-	-	(18.958)
ERP e softwares	20%	(16.319)	(2.047)	-	-	-	(18.366)
Máq. equip. e outros investimentos p/concessão	(**)	(15.331)	(2.994)	-	-	-	(18.325)
Benfeitorias estacionamento	10%	(526)	(85)	-	-	-	(611)
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	(*)	(309.357)	(84.903)	-	-	-	(394.260)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(5.444)	(1.483)	-	-	-	(6.927)
Total amortizado		(685.791)	(167.574)	-	-	-	(853.365)
Total líquido		5.275.595	(148.267)	-	47.457	-	5.174.785

(*) Amortização efetuada pela curva de demanda "workload unit (WLU)";

(**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão.

Para construção do novo terminal com capacidade de 25 milhões de passageiros ao ano foi contratado o Consórcio Construtor Viracopos S.A. (Nota Explicativa nº 7). As obras de ampliação do aeroporto contaram com o investimento dos acionistas e empréstimos do BNDES de forma direta e indireta, esta última através de outras instituições financeiras. As obras do terminal, na modalidade EPC – “*Turn Key-Lump Sum*”, estão substancialmente concluídas (96,5%), a amortização referente a este percentual foi iniciada.

A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$ 3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida.

O ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma. Sendo assim, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida pelo IPCA, a Administração optou por registrar esses valores parte no intangível e parte no resultado. Com base em estudos e levantamentos, definiu-se que o percentual a capitalizar até 30 de abril de 2016 foi de 90,73% e no resultado 9,27%. A partir de 1º de maio de 2016 foram redefinidos os percentuais de capitalização para 59,49% e no resultado 40,51%, considerando-se a relação percentual dos investimentos da fase I-B e o total dos investimentos previstos no prazo de concessão. Desde 2017, não foi reconhecido nenhuma capitalização visto a não ocorrência de investimentos significativos no ativo intangível.

Reequilíbrio econômico e financeiro

A Companhia teve sucesso parcial em sede administrativa de um pleito de reequilíbrio econômico e financeiro relativo ao pleito do Teca-Teca, tendo ficado decidido que o desequilíbrio seria recomposto mediante redução no valor da outorga. Desta forma, os registros contábeis correspondentes às atualizações do reequilíbrio econômico-financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio foram realizados no ativo intangível, na linha “Outorga”, em contrapartida à Outorga a Pagar (Nota Explicativa nº 17). A amortização correspondente a esses valores foi registrada em contrapartida ao resultado.

Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01(R1), a Companhia realizou a revisão do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2020, apontando perda de R\$ 989.102 (R\$ 1.043.167 em 2019). A diferença para o valor da provisão do exercício anterior, de R\$ 47.457, foi revertida e contabilizada no resultado do exercício.

Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos, respeitados os termos e condições da relicitação da concessão. O Plano de negócios foi revisado e aprovado pela Administração e o teste foi elaborado com o objetivo de identificar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível.

A seguir se indica as premissas utilizadas e a metodologia implementada:

O saldo do ativo intangível utilizado para o teste de recuperabilidade está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

A Companhia efetuou o cálculo do valor recuperável retirando do saldo do intangível líquido o valor presente da Outorga Fixa até o final da concessão e inserindo o pagamento das parcelas futuras anualmente no fluxo de caixa operacional.

Das projeções dos fluxos de caixa operacional

Receitas

Estimou-se o fluxo de receitas entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024, momento em que deve ocorrer a relicitação da Concessão, tomando por base as melhores práticas para projeção de receitas de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura. Assim, se, e quando, se alcançar a capacidade operacional máxima da infraestrutura (terminal de passageiro e cargas e sistema de pistas), em termos de processamento de passageiros, aeronaves e carga, estabiliza-se a projeção de demanda.

Para as três UGCs, a demanda foi projetada com base na melhor estimativa que se tem para os anos futuros, levando em consideração o histórico recente e as atuais condições macroeconômicas, de mercado e de competição com outros aeroportos.

As tarifas relativas às UGCs Terminal de Passageiros são reguladas pelo Poder Concedente e aplicadas no embarque e conexão de passageiros e no pouso e permanência de aeronaves. As tarifas relativas à UGC Terminal de Cargas também são reguladas e a maior parte da arrecadação provém da importação de cargas.

Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as projeções de volume de passageiros e as premissas contratuais atuais, sendo que a remuneração da Concessionária varia de acordo com o volume da demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Neste caso, considerou-se o total de volume de áreas disponíveis e o potencial de internalizar o já vultuoso desenvolvimento imobiliário, industrial e logístico, característico da região em que se insere o Aeroporto de Viracopos. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios e indústrias faseou-se a exploração imobiliária ao longo do tempo, respeitando as características geográficas e estratégicas de cada área.

A Administração da Companhia efetuou a revisão dos contratos de locação dos espaços previstos para exploração imobiliária, cujos valores de aluguel e potencial de expansão de áreas foram reduzidos, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Neste momento, projeções mais conservadoras e exequíveis foram adotadas, refletindo as condições atuais de mercado e estratégicas da Concessionária. Este fato tem impactado no resultado das projeções de receita.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento. Os preços de reais por metro quadrado utilizados estão de acordo com o padrão de mercado e internalizam a necessidade de investimentos por parte do empreendedor.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2020 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, a demanda deverá ficar estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

Indenização pelos Investimentos feitos e não amortizados

Em adição ao fluxo de caixa operacional dos anos de 2021 a 2024, incluiu-se no ano 2024 a estimativa conservadora da indenização líquida a que a Concessionária fará jus no âmbito da relicitação da concessão pelos investimentos feitos e não amortizados.

Tal estimativa tomou por base a metodologia prevista na Resolução Anac nº 533/19, muito embora a Concessionária questione algumas das previsões, limitações e metodologias ali previstas e buscará a sua revisão em sede arbitral.

Também não foram considerados no valor da indenização as estimativas da Companhia para os diversos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que serão analisados em arbitragem.

Do valor da indenização calculada conforme a metodologia da Resolução Anac nº 533/19 foram deduzidos os valores das outorgas não pagas e das multas impostas à Concessionária pela Anac, chegando-se ao valor da indenização líquida. A indenização líquida foi somada ao fluxo de caixa operacional do ano 2024.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, o reconhecimento do valor presente no teste de recuperabilidade do ativo intangível levou em consideração a taxa de desconto atualizada em dezembro de 2020 de 9,56%.

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

12. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R\$ 1.192.137, o chamado “empréstimo ponte”, para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 31/12/2020	Valor em 31/12/2019
Crédito direto – A	TJLP + 2,88%a.a.	1.085.300	931.017	977.617
Crédito direto – B	IPCA + TR BNDES + 2,88%a.a.	106.000	125.258	131.099
Crédito indireto – A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	215.820	216.468
Crédito indireto – B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	59.047	59.614
Crédito suplem. direto – A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	172.006	171.999
Crédito suplem. direto – B	IPCA + TR + 3,43% a.a.	93.056	108.063	108.067
Crédito suplem. direto – C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	46.943	49.206
Crédito suplem. direto – D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	90.033	90.035
Crédito suplem. direto – E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	6.969	7.305
Crédito suplem. direto – F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	1.993	1.993
Crédito suplem. indireto – A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	44.647	42.970
Crédito suplem. indireto – B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	17.148	17.030
Crédito suplem. indireto – C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	11.565	11.514
Crédito suplem. indireto – D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	19.071	19.071
Crédito suplem. indireto – E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	1.497	1.527
Crédito suplem. indireto – F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	332	332
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	451.667	493.824
Custo de captação dos empréstimos		-	(56.186)	(56.186)
Total		2.270.089	2.246.890	2.343.485
Passivo circulante			2.246.890	2.343.485
Passivo não circulante			-	-
Total			2.246.890	2.343.485

i) Crédito direto BNDES de R\$1.198.700, dividido em três subcréditos

Subcréditos	Saldo liberado	Saldo não liberado	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	1.085.300	-	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito “B”	106.000	-	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito “C”	-	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	1.191.300	7.400	-	-

ii) **Crédito indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 297.800, dividido em dois subcréditos**

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	297.800		

Em 20 de abril de 2015, foram formalizados novos contratos de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 633.711, sendo R\$ 507.599 na modalidade direta e R\$ 126.112 na modalidade indireta com os bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú. Os valores captados foram utilizados nas obras da Fase I-B e em obras complementares que não haviam sido objeto de escopo do financiamento original. Além disso estes novos contratos de financiamento preveem a realização das obras chamadas de "Ciclo 1,5", no montante de cerca de R\$ 150.000.

iii) **Crédito suplementar direto BNDES de R\$ 507.599, dividido em sete subcréditos**

Subcréditos	Liberado	Não liberado	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	152.745	-	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	93.056	-	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	51.681	4.152	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	78.833	8.905	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	6.222	83.280	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	1.778	23.794	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "G"	-	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	384.315	123.284		

iv) **Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 126.112, dividido em seis subcréditos**

Subcréditos	Liberado	Não Liberado	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	38.186	-	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	23.264	-	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	12.921	1.037	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	20.303	1.632	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	1.556	20.820	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	444	5.949	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	96.674	29.438		

Os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção: Banco do Brasil (30%); Itaú BBA (35%); Banco Bradesco (30%); e Banco Espírito Santo (5%).

v) **Subscrição de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até R\$ 75.000 debêntures de cada série, em montante equivalente a R\$ 300.000**

Debêntures	Quantidade	R\$ mil	Amortização
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	300.000	300.000	

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.343.485	2.395.823
Juros, encargos e atualizações incorridos	262.500	266.731
Amortização do principal (BNDES)	(149.421)	(102.344)
Juros, encargos e atualizações pagos	(209.674)	(216.725)
Total	2.246.890	2.343.485

Garantias da operação

Constituídos pelos (i) direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; (ii) pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da Infraero; (iii) pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; (iv) por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES.

Cláusulas contratuais – *covenants*

Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo ($ICSD = (Geração\ de\ caixa/SD)$), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses;
- (ii) Manter o índice de capitalização (Patrimônio líquido/ativo total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: (Patrimônio líquido + outorga passiva - outorga ativa/ativo total – outorga passiva).

As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o pagamento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Para o exercício de 2020 e 2019, o ICSD ficou abaixo de 1,30, no entanto a Companhia não prevê a distribuição de dividendos para esse exercício (Nota Explicativa nº 21).

Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota Explicativa nº 17) na data prevista no contrato de concessão, e também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, onde as multas veem sendo atualizadas. O não pagamento da outorga e das multas poderão ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

Os contratos de financiamento possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado, que preveem situações que, se ocorridas, dão o direito (mas não a obrigação) de os agentes financiadores declararem o vencimento antecipado da dívida. Dentre outras, destacamos as seguintes:

- (i) Sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (ii) A constituição, sem prévia autorização dos financiadores, de penhor ou gravame sobre as ações da companhia, de suas subsidiárias e de sua acionista privada, ou, ainda, sobre os recebíveis da concessão;
- (iii) A alteração do controle acionário dos acionistas da Companhia sem a prévia e expressa anuência dos agentes financiadores;
- (iv) A extinção, liquidação, dissolução, o requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer de seus acionistas, ou a decretação de falência ou insolvência civil da Companhia ou de seus acionistas;
- (v) A extinção do contrato de concessão
- (vi) O vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia
- (vii) A alteração do Acordo de Acionistas ou do Estatuto Social da Companhia ou da sua acionista privada, sem a prévia e expressa anuência dos financiadores; e
- (viii) O não pagamento da outorga fixa ou da outorga variável, nos termos do Contrato de Concessão.

Neste sentido, a Companhia requereu recuperação judicial em 2018, a qual foi encerrada em dezembro de 2020 (Nota Explicativa nº 1), na qual estão listados valores que deixaram de ser pagos a título de outorga fixa e de outorga variável. Ademais, a Companhia não vem pagando as outorgas fixa e variável dos períodos subsequentes ao pedido de recuperação judicial, as quais serão quitadas dentro do processo de relicitação, mediante dedução do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados, conforme previsto no art. 11, inciso II, do Decreto nº 9.957/2019.

Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota Explicativa nº 17) na data prevista no contrato de concessão, e também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, as quais vêm sendo atualizadas.

Ainda que tenham ocorrido eventos que dão o direito aos agentes financiadores de decretar o vencimento antecipado da dívida, até o presente momento, eles não o fizeram e a Companhia não possui indícios de que tenham intenção de fazê-lo.

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia e seus agentes financiadores assinaram uma "Carta-Proposta de Suspensão parcial do pagamento de principal e juros, mediante condições", segundo a qual o serviço da dívida seria reduzido para R\$ 11 milhões ao mês a partir da data de eficácia do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que trata da relicitação até a data de transferência das dívidas dos financiamentos ao novo concessionário. Tal redução foi condicionada a determinadas condições suspensivas relativas ao processo de relicitação, sendo que todas se verificaram, à exceção de uma, consistente na necessidade de previsão da transferência do saldo devedor dos Financiamentos ao novo concessionário, nos termos do art. 17, § 4º., da Lei de Relicitações, o que não ocorreu por decisão do Ministério da Economia.

Também em 02 de fevereiro de 2020, a Companhia e seus agentes financiadores assinaram o 2º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantias e outras avenças, por meio do qual os agentes financiadores, sob certas condições, concordaram em liberar recursos depositados na Conta Outorga e Contas Reserva, cedidas a eles fiduciariamente, para o pagamento dos créditos concursais. As liberações foram previstas por partes e tinham condições distintas. A grande maioria se verificou e parte dos recursos foi liberado e utilizado para fazer os pagamentos mensais previstos no plano de recuperação judicial.

A condição consistente na necessidade de previsão da transferência do saldo devedor dos Financiamentos ao novo concessionário, nos termos do art. 17, § 4º, da Lei de Relicitações, não ocorreu por decisão do Ministério da Economia e fez com que fosse necessária uma renegociação com os agentes financiadores para a liberação dos recursos necessários ao encerramento da RJ.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia assinou com os agentes financiadores o 3º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantias e outras avenças, por meio do qual foi autorizado: i) a liberação de R\$ 52.200.000,00 (cinquenta e dois milhões, e duzentos mil reais) depositados na Conta Outorga para o pagamento dos créditos submetidos à RJ e vencíveis no biênio de supervisão judicial, de modo a propiciar o encerramento da RJ; e ii) a liberação do valor remanescente na Conta Outorga, excluídos eventuais ingressos de recursos ocorridos após essa data, para o pagamento de créditos trabalhistas retardatários com fatos geradores anteriores à data do pedido de recuperação judicial, a serem liberados após a prolação de sentença de encerramento da RJ e o atingimento da eficácia do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que regula a relicitação. Ambas as condições se verificaram em 11/12/2020 e a Companhia já está tendo acesso ao saldo depositado na Conta Outorga para quitar as referidas dívidas trabalhistas.

Atualmente, a Concessionária está em negociação com os credores financeiros para repactuar os termos e condições da dívida financeira, sobretudo para tentar reduzir os encargos e estabelecer fluxo de amortização condizente com a atual capacidade de geração operacional de caixa.

Abaixo segue a projeção de amortização da Companhia, por ano de vencimento:

	2020	2019
2020	-	149.421
2021	159.085	159.085
2022	166.360	166.360
2023	174.087	174.087
2024 a 2032	1.747.358	1.694.532
Total	2.246.890	2.343.485

13. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	45.807	22.979	45.686	22.979
Fornecedores em recuperação judicial	-	102.109	-	101.441
Fornecedores internacionais	903	1.939	903	1.939
Total	46.710	127.027	46.589	126.359

14. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos conforme apresentado:

31/12/2020 31/12/2019

Ativo		
Imposto diferido ativo (a)	92.474	34.344
Passivo		
Saldo diferenças temporárias Lei nº 12.973/14 (b)	(92.474)	(66.456)
Imposto de renda e contribuição social diferido consolidado	-	(32.112)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros terá que ser realizado. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão considerados na medida em que sua realização seja mais provável, desta forma o reconhecimento do imposto diferido ativo foi limitado ao imposto diferido passivo.

- a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia optou em não reconhecer mais tributos diferidos para a controladora, além daqueles já reconhecidos pelo limite imposto diferido passivo temporário, devido a grandes valores gerados pelo *Impairment* e considerando à incerteza da realização deste tributo, caso tivesse reconhecido, as bases de cálculo seriam:

Período	Prejuízo Fiscal/Base Negativa	Utilizado no Parcelamento	Saldo
2012	123.195		123.195
2013	210.636		333.831
2014	243.322		577.153
2015	286.141		863.294
2016	407.217		1.270.511
2017	324.264	62.618	1.532.157
2018	263.356		1.795.513
2019	317.656		2.113.169
2020	254.233		2.367.402
Total	2.430.020	62.618	2.367.402

- b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil), menos o efeito do *impairment* deste saldo.

15. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(354.465)	(564.953)	(354.465)	(564.953)
Adições				
Resultado negativo de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 9)	-	-	101	229
Custo de construção (Nota Explicativa nº 23)	4.062	8.853	4.062	8.853
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga (Nota Explicativa nº 26)	118.161	120.388	118.260	120.388
Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota Explicativa nº 20)	10.432	9.743	10.438	9.743
Provisão estimada p/ créditos de liquidação duvidosa-PECLD (Nota Explicativa nº 6)	2.309	2.445	2.309	2.444
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei no 12.973/2014	12.709	6.228	12.709	6.228
Provisão para perda por redução ao valor recuperável (Nota Explicativa nº 25)	-	102.766	-	102.766
Outras	1	1	1	1
Subtotal	147.674	250.424	147.880	250.652
Exclusões				
Receita de construção (Nota Explicativa nº 22)	(4.062)	(8.853)	(4.062)	(8.853)
Reversão da provisão para perda por redução ao valor recuperável	(47.457)	-	(47.457)	-
Reversão estimada p/ créditos de liquidação duvidosa-PECLD (Nota Explicativa nº 6)	-	(897)	-	(897)
Subtotal	(51.519)	(9.750)	(51.519)	(9.750)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(258.310)	(324.279)	(258.104)	(324.051)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo (alíq.34% x Prej. Fiscal e base negativa de CSLL)	(87.825)	(110.255)	(87.755)	(110.177)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo	32.112	6.181	32.112	6.166
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido líquido (*)	(55.713)	(104.074)	(55.643)	(104.011)

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu os tributos diferidos ativos até o limite do valor dos tributos diferidos passivos.

16. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ISSQN parcelado	76.609	88.059	75.634	86.514
ISSQN sobre faturamento	4.040	2.990	4.040	2.990
PIS/Cofins próprio	8.151	6.444	8.151	6.444
ISSQN terceiros	494	678	494	678
INSS terceiros	2.305	3.743	2.305	3.743
PIS/Cofins/CSLL terceiros	5.740	1.744	5.717	1.721
IRRF sobre folha de pagamento	1.149	768	1.149	768
Outros	994	1.373	994	1.373
Total	99.482	105.799	98.484	104.231
Passivo circulante	38.136	32.355	37.449	31.749
Passivo não circulante	61.346	73.444	61.035	72.482
Total	99.482	105.799	98.484	104.231

17. Outorga a pagar

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como “papel” livre de risco.

A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	3.724.080	3.399.049	3.722.293	3.397.361
Atualização monetária pelo IPCA - IBGE	60.811	153.587	60.663	153.587
Recomposição AVP da outorga a pagar	118.161	120.388	118.260	120.388
Outorga variável a pagar (Nota Explicativa nº 18)	34.243	30.776	34.243	30.776
Juros por atraso de pagamento	98.494	20.280	98.494	20.181
Saldo no final do exercício	4.035.789	3.724.080	4.033.953	3.722.293
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro	(214.343)	(210.307)	(214.343)	(210.307)
Total	3.821.446	3.513.773	3.819.610	3.511.986
Circulante	819.146	750.010	817.310	748.223
Não circulante	3.002.300	2.763.763	3.002.300	2.763.763
Total	3.821.446	3.513.773	3.819.610	3.511.986

A Companhia encontra-se inadimplente conforme quadro abaixo:

	Consolidado			Controladora		
	Valor Original	Atualizações	Total	Valor Original	Atualizações	Total
Outorga fixa						
2017	169.214	38.321	207.535	169.214	38.321	207.535
2018	176.160	25.433	201.593	176.160	25.433	201.593
2019	181.597	14.031	195.628	181.597	14.031	195.628
2020	184.891	9.256	194.147	184.891	9.256	194.147
Total fixa	711.862	87.041	798.903	711.862	87.041	798.903
Outorga variável						
2017	25.917	6.101	32.018	24.229	5.953	30.182
2018	31.293	4.866	36.159	31.293	4.866	36.159
2019	31.285	2.745	34.030	31.285	2.745	34.030
2020	30.776	1.737	32.513	30.776	1.737	32.513
Total variável	119.271	15.449	134.720	117.583	15.301	132.884
Total fixa e variável	831.133	102.490	933.623	829.445	102.342	931.787

Tais valores serão quitados no âmbito do processo de relicitação, mediante desconto do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Companhia tem direito.

18. Obrigações da concessão

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- (i) **Fase I-A** – Transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Companhia;
- (ii) **Fase I-B** – Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- (iii) **Fase I-C** – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA;
- (iv) **Fase-II** – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

Vigência

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua data de eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária.

Da contribuição ao sistema

A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

- **Contribuição fixa**

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia se obrigou ao pagamento de uma contribuição fixa anual no montante de R\$ 127.367 (em 2012), a ser reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE. No total são 30 prestações, totalizado a R\$ 3.821.000 (em valores de 2012), referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

- **Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico-financeiro**

Em 22 de dezembro de 2016, a Anac por meio da decisão nº 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$ 209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária.

O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R\$ 127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016.

A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) em 28 de dezembro de 2016.

O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado abaixo será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Decisão nº 190, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.

Ano	Valor R\$	Ano	Valor R\$
2016	43.859	2030	6.385
2017	8.708	2031	6.154
2018	8.540	2032	5.931
2019	8.351	2033	5.715
2020	8.202	2034	5.506
2021	8.092	2035	5.305
2022	7.984	2036	5.110
2023	7.877	2037	4.921
2024	7.768	2038	4.739
2025	7.647	2039	4.563
2026	7.385	2040	4.394
2027	7.123	2041	4.230
2028	6.869	2042	1.940
2029	6.623		209.921

O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre abril 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondentes.

Contribuição variável

Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão.

De acordo com a Decisão nº 107, que altera o Contrato de Concessão, a partir de 1º de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da receita operacional bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em Reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia e deduzidos os cancelamentos.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta (Nota Explicativa nº 22)	885.146	786.162	885.146	786.162
(-) Deduções contribuição mensal	(198.880)	(167.749)	(198.880)	(167.749)
(-) Cancelamentos	(1.288)	(2.727)	(1.288)	(2.727)
Total	684.978	615.686	684.978	615.686
Contribuição variável (Nota Explicativa nº 17)	34.243	30.776	34.243	30.776

Principais cláusulas e assuntos do contrato de concessão

Bens integrantes da concessão

- (i) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos (Anexo 8 do Contrato de Concessão);
- (ii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da Infraero);
- (iii) Adquiridos pela Companhia para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

A receita de construção foi reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016, e vem sendo reconhecida com margem de 0% a partir do mês de junho de 2016:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção (Nota Explicativa nº 22)	4.062	8.853
Custo de construção (Nota Explicativa nº 23)	(4.062)	(8.853)
Margem de construção	-	-
Total	0%	0%

Litígios contratuais junto à Anac

No curso da concessão, ocorreram eventos imprevistos e alheios ao controle e vontade da Companhia, que implicaram majoração relevante dos custos e/ou redução substancial das receitas e foram objeto de procedimentos de revisão extraordinária, deflagrados pela Companhia objetivando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Embora a cláusula 6.25 do Contrato de Concessão determine que “a Revisão Extraordinária ocorrerá de ofício ou mediante solicitação da Concessionária”, a Anac nunca agiu de ofício, mesmo naqueles casos em que o desequilíbrio ocorreu por ato do próprio Poder Concedente. Todos os casos, sem exceção, tiveram de ser deflagrados pela Companhia, ante a inércia da Agência.

Ademais, nenhum dos pleitos de reequilíbrio foi objeto de recomposição tempestiva e integral por parte da Anac. Embora a cláusula 6.24 do Contrato de Concessão estipule a regra geral (e, portanto, somente passível de ser afastada em situações excepcionais devidamente justificadas) de que “o procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão deverá ser concluído em prazo não superior a 90 (noventa) dias”, nenhum dos pedidos de revisão extraordinária do Contrato de Concessão foi concluído pela Agência neste prazo. O descumprimento deste dever de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão concomitantemente à alteração verificada prejudicou e continua prejudicando a Companhia, sendo um dos motivos de sua crise econômico-financeira.

A seguir, a Companhia passa a expor, sucintamente, o objeto dos Pleitos de Reequilíbrio e seus respectivos status.

Pleito de Teca-Teca

Objeto	Pleito decorrente da alteração unilateral, promovida pela Anac 1 (um) dia antes do início da fase de transferência das operações aeroportuárias da Infraero para a Companhia, das regras tarifárias da concessão. Por meio da Decisão nº 121/2012, a Anac modificou unilateralmente a estrutura tarifária do Contrato de Concessão relativamente aos serviços prestados sobre as cargas em regime de trânsito aduaneiro, de modo a (i) reduzir a Tarifa Teca-Teca de R\$ 0,50 por kg para R\$ 0,08 por kg, (ii) extinguir o benefício relativo às cargas importadas que excediam o prazo de 24 horas e (iii) extinguir o benefício relativo aos casos de Alto Valor Específico.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.5, 5.2.6 e 5.2.10 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo perante Anac	Processo administrativo nº 00058.038311/2015-71, deflagrado em 22/04/2015.
Status administrativo	Reequilíbrio reconhecido parcialmente por meio da Decisão Anac nº 190/16, de 22/12/2016, no valor de R\$ 209.920.881,60 (duzentos e nove milhões, novecentos e vinte mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), a valor presente de abril de 2016.
Status judicial	Na ação revisional nº 0065452-15.2016.4.01.3400, em curso perante a 20ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão, descontado o valor de reequilíbrio parcialmente reconhecido na esfera administrativa. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito de Terminal de Cargas Vivas

Objeto	Pleito que visa à compensação pelos custos incorridos na adaptação do Terminal de Cargas Vivas – TCV diante da necessidade de atendimento às normas sanitárias que foram descumpridas pela Infraero antes da transferência do aeroporto para a Companhia. A necessidade de reforma do TCV representou uma restrição operacional anterior à transferência das operações aeroportuárias da Infraero para Companhia, porém não informada aos licitantes durante o certame.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.3 e 5.2.14 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo Perante Anac	Processo administrativo nº 00058.038311/2015-71, deflagrado em 22/04/2015.
Status administrativo	Direito ao reequilíbrio indeferido na esfera administrativa.
Status judicial	Na ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão em razão deste Pleito. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito de Carros Contra incêndio

Objeto	Pleito que visa à compensação pelos custos incorridos na aquisição de carros contra incêndio, em dissonância com as regras existentes quando da assinatura do Contrato de Concessão. Como consequência da Resolução nº 279/2013 (editada após a assinatura do Contrato de Concessão), que estabeleceu novos critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis ("SESCINC"), os 5 (cinco) veículos do aeroporto, adquiridos pela Infraero, tornaram-se inadequados, o que obrigou a Companhia a adquirir novos carros, além de prover seu pessoal com o treinamento necessário à sua operação.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.2 e 5.4.17 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo perante Anac	Processo administrativo nº 00058.038311/2015-71, deflagrado em 22/04/2015.
Status administrativo	Direito ao reequilíbrio indeferido na esfera administrativa.
Status judicial	Na ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão em razão deste Pleito. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito de Perdimento

Objeto	Pleito que visa à compensação pela frustração de receita decorrente da omissão da Receita Federal do Brasil em (i) arcar com o pagamento da Tarifa de Armazenagem e Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento (prevista na cláusula 2.2.6.14 do Anexo 4 do Contrato de Concessão) e (ii) de realizar o processo de triagem e destinação dessas cargas.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.3 e 5.2.10 c/c 3.2.1, 3.2.4 e 3.2.9 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo perante Anac	Processo administrativo nº 00066.524035/2017-21, deflagrado em 16/10/2017.
Status administrativo	Direito ao reequilíbrio indeferido na esfera administrativa.
Status judicial	Na ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão em razão deste Pleito. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito de não desapropriação

Objeto	Pleito fundamentado nos prejuízos causados à Companhia pelo descumprimento, pela Anac, da obrigação prevista na cláusula 3.2.15 do Contrato de Concessão, consoante a qual incumbe à Agência Reguladora “desapropriar os imóveis que possuam decreto de declaração de utilidade pública já publicados e em vigor quando da realização da sessão pública do leilão, indenizar seus proprietários e disponibilizar a área do Aeroporto livre e desembarçada à Concessionária, sem qualquer ônus”.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.4 e 5.2.10 c/c 3.2.15 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo perante Anac	Processo administrativo nº 00058.536344/2017-43, deflagrado em 01/11/2017.
Status administrativo	Direito ao reequilíbrio reconhecido parcialmente. Por meio da Nota Técnica nº 113/2018/GERE/SRA, que foi confirmada pela Diretoria Colegiada da Anac, foi reconhecido o dever de indenizar apenas os custos adicionais em função de contratos de arrendamento de áreas do sítio aeroportuário, tendo sido indeferido o pedido de reequilíbrio com relação ao valor principal (frustração de receitas não tarifárias), ao equivocado fundamento de não ser possível aferir-se o valor devido. Consequentemente, foi reconhecido o direito ao reequilíbrio no valor de R\$ 4.143.286,84 (quatro milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), para todo o período da Concessão, atualizado pela taxa de desconto e pelo IPCA (a setembro/2018).
Status judicial	Na ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão em razão deste Pleito. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito de caso fortuito

Objeto	Pleito fundamentado nos prejuízos decorrentes da superveniência de grave e abrupta crise econômica, imprevisível à época da licitação e de consequências incalculáveis, o que configurou risco de caso fortuito, contratualmente alocado ao Poder Concedente.
Fundamentos	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusula 5.2.8 do Contrato de Concessão.
Processo Administrativo perante Anac	Processo administrativo nº 00058.542998/2017-14, deflagrado em 22/12/2017.
Status administrativo	Direito ao reequilíbrio indeferido na esfera administrativa.
Status judicial	Na ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a Companhia persegue a recomposição integral do Contrato de Concessão em razão deste Pleito. Atualmente, o processo encontra-se extinto sem resolução de mérito, por conta do compromisso arbitral.

Pleito da Covid-19

Objeto	Reequilíbrio econômico-financeiro em razão da Pandemia da Covid-19
Fundamentos	Conforme entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura, consubstanciado no parecer nº 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, a Pandemia da Covid-19 se caracteriza como uma ocorrência de caso fortuito/força maior, risco que é suportado exclusivamente pelo poder concedente, a rigor do item 5.2.8. Assim, considerando o desequilíbrio da equação econômica do Contrato de Concessão, dados os prejuízos experimentados pela Concessionária em razão da Pandemia da Covid-19, o Reequilíbrio econômico-financeiro é um direito da Concessionária.
Processo Administrativo perante Anac	00058.031596/2020-86
Status administrativo	Em análise pela primeira instância administrativa
Status judicial	N/A

Pleito do Trem de Alta Velocidade – TAV

Objeto	Reequilíbrio Econômico Financeiro em razão da materialização da restrição operacional decorrente de ato dos entes públicos em não implementar o Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligaria as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.
Fundamentos	Conforme item 5.2.3. do Contrato de Concessão, a ocorrência de restrição operacional por decisão ou omissão dos entes públicos está inserida na matriz de risco do Poder Concedente
Processo Administrativo perante Anac	00058.040524/2020-20
Status administrativo	Decidido em última instância administrativa, negando provimento
Status judicial	N/A

Entre os eventos subjacentes aos Pleitos de Reequilíbrio expostos acima, merece destaque aquele relativo ao descumprimento da obrigação prevista na cláusula 3.2.15 do Contrato de Concessão, consoante a qual incumbe à Agência Reguladora “*desapropriar os imóveis que possuam decreto de declaração de utilidade pública já publicados e em vigor quando da realização da sessão pública do leilão, indenizar seus proprietários e disponibilizar a área do Aeroporto livre e desembaraçada à Concessionária, sem qualquer ônus*”. Em essência, o referido pleito decorre do fato de que o descumprimento desta obrigação inviabilizou a exploração comercial plena da área do entorno do aeroporto, na forma de aeroporto-cidade ou aerópole, como sempre pretendeu o consórcio que arrematou a concessão de Viracopos.

Além de ter motivado o Pleito de Não Desapropriação, que é objeto da ação revisional nº 1027510-58.2018.4.01.3400, em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, o descumprimento da obrigação prevista na cláusula 3.2.15 do Contrato de Concessão também fundamenta a ação de obrigação de fazer autuada sob o nº 1022693-14.2019.4.01.3400, também em curso perante a 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na referida ação de obrigação de fazer, em 01/10/2019 foi deferida tutela de urgência, para o fim de *“limitar o pagamento das outorgas fixas vencidas e não pagas e das outorgas fixas vincendas aos valores que seriam devidos desconsiderando o ágio de 159,75% pago sobre o preço mínimo de R\$ 1.471.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e um milhões de reais) previsto no item 4.24.2 do edital; e assegurar que os valores já pagos pela parte autora a título de outorgas fixas além do valor mínimo previsto no edital (descontado o ágio) até esta data sejam considerados nas outorgas não pagas, tudo no âmbito do Contrato de Concessão 003/ANAC/2012, até final julgamento da lide.”* Atualmente, esta medida liminar está sendo discutida no âmbito do agravo de instrumento nº 1038748-55.2019.4.01.0000 e na suspensão de liminar e de sentença nº 1037928-36.2019.4.01.0000, ambas perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Foi celebrado compromisso arbitral entre Anac e a Concessionária, com o objetivo de ampliar a abrangência da cláusula compromissória objeto dos itens 16.5 e seguintes do Contrato de Concessão, de modo a instituir a arbitragem administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional como método alternativo para resolução dos atuais litígios entre as partes.

A eficácia do compromisso arbitral, nos termos do seu item 13, encontra-se condicionada à **(i)** qualificação do empreendimento no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e **(ii)** em relação aos processos judiciais já em curso e referidos no item 1.1 acima, à autorização dos órgãos competentes da Advocacia-Geral da União para celebração de acordo extintivo das ações judiciais, nos termos da Lei nº 9.469/97 e § 3º do art. 6º do Decreto nº 10.025/19. Ambas as condições de eficácia, por sua vez, encontram-se atualmente implementadas, conferindo, em princípio, plena validade e eficácia ao compromisso arbitral celebrado.

Destarte, tendo em vista o implemento das condições previstas no compromisso arbitral, foi proferido sentença extinguindo, sem resolução de mérito, os processos judiciais 1027510-58.2018.4.01.3400 e 1022693-14.2019.4.01.3400. Outrossim, restou prejudicado o julgamento dos recursos interpostos das decisões interlocutórias proferidas nesses processos, pela evidente perda superveniente do objeto.

Proposta de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

Em 02 de outubro de 2017, por meio do Ofício nº 79(SEI)/2017/SRA-Anac, a Anac instaurou processo de sindicância prévia, por meio do qual estabeleceu prazo de 60 dias para regularização de supostos descumprimentos contratuais pela Companhia, que podem levar à extinção do Contrato de Concessão por caducidade.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou sua defesa prévia no âmbito do processo de sindicância, por meio da Carta PRE - 17/331. Naquele documento, a Companhia propôs à Anac a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC (TAC), com vistas a equacionar, amigavelmente, as supostas pendências apontadas pela Agência no âmbito do Contrato de Concessão. Embora a Lei de Concessões priorize a solução consensual dos litígios nas concessões e a própria Anac tenha editado resolução disciplinando exaustivamente o procedimento para celebração de TACs, a proposta formulada pela Companhia foi desconsiderada, ao argumento de que a iniciativa representaria uma tentativa de *“legitimar ou ratificar a violação do contrato que vem perpetrando”*, o que não poderia ser aceito pela área técnica.

Rejeitadas a defesa prévia e a proposta de celebração de um TAC, foi então instaurado, em 09/02/18, o Processo de Caducidade.

Processo de caducidade

O processo administrativo foi instaurado para apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela Companhia (destacando-se a não recomposição da garantia de execução contratual).

Esse processo que foi instaurado poderia culminar na extinção antecipada do contrato de concessão, por declaração de caducidade. Por este fato, em maio de 2018 a Companhia, no processo de recuperação judicial por meio de decisão cautelar deferida pelo MM. Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, obteve a suspensão do citado processo de caducidade instaurado pela Anac.

No início de outubro de 2018 a decisão que suspendeu o processo de caducidade foi revogada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Em dezembro de 2018, em ação ordinária revisional proposta pela Companhia, foi deferida medida cautelar pela 17ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, a qual determinou que a Anac se abstenha de aplicar penalidades contratuais em face da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., as quais tenham por natureza supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólices de garantia de execução contratual.

Fundamentada em decisão liminar - que, num só tempo, autorizava o prosseguimento do processo administrativo, mas proibia a Anac de efetivamente aplicar a pena de caducidade – a Agência retomou o trâmite do procedimento com o envio de notificação para que a Companhia apresentasse razões finais. Em 11 de novembro de 2019, a Companhia apresentou suas razões finais e, então, o processo seguiu para deliberações da Procuradoria Federal.

Em 11 de dezembro de 2019, o processo foi distribuído, por sorteio, para relatoria do Diretor Ricardo Sérgio Maia Bezerra, que o inseriu na pauta de julgamento da sessão deliberativa da Diretoria Colegiada da Anac prevista para o dia 22 de janeiro de 2020. Ocorre que, já iniciada a referida sessão de julgamento, sobreveio decisão do Superior Tribunal de Justiça, proferida em sede de tutela provisória incidental formulada em recurso especial nº 1.828.901-SP interposto pela Companhia no Processo de Recuperação Judicial, que, concedendo efeito suspensivo ao recurso, impediu a Anac de proferir decisão no julgamento do processo de Caducidade.

A Anac não interpôs, a tempo e modo, o recurso competente para impugnar a decisão liminar proferida pelo STJ, nos autos do Recurso Especial nº 1.828.901-SP, de maneira que a decisão se estabilizou e o processo de caducidade permaneceu suspenso.

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia firmou acordo, no âmbito da Recuperação Judicial, com a Anac para, num só tempo, encerrar todos os processos judiciais, na data-base de 13 de fevereiro de 2020, e transferir para o tribunal arbitral a competência para o julgamento dos conflitos havidos entre as partes. Esse acordo, contudo, apenas teria eficácia caso a Concessionária fosse qualificada no Programa de Parcerias de Investimento – PPI e houvesse posicionamento favorável da Advocacia Geral da União para acordo de extinção das ações judiciais.

Em 17 de julho de 2020, antes mesmo da extinção das ações judiciais, a Concessionária foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”) para fins de relicitação, conforme Decreto nº 10.427, de maneira que, por força do artigo 14, §3º, da lei 13.448, o processo de caducidade restou imediatamente suspenso. Essa condição permanece inalterada desde então.

Vale dizer que, segundo dispõe o artigo 20, §1º, da lei 13.448, o processo de caducidade permanecerá suspenso enquanto vigorar o procedimento de relicitação, sendo retomado no caso de sua frustração.

19. Taxas aeroportuárias – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero)	128.980	124.475
Contribuição Mensal	31.578	31.033
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios à Navegação Aérea em Rota (PAN)	542	84
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação (PAT)	141	15
Total	161.241	155.607

Em 25 de julho de 2016, a MP nº 714/2016 foi convertida na Lei nº 13.319, extinguindo o Ataero a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data, a Anac alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente à extinção do Ataero, não havendo alteração da tarifa final.

Contribuição mensal

A contribuição mensal, antiga contribuição tarifária (Ataero), criada pela Lei nº 13.319/16, foi formalmente normatizada pela Anac, através da Decisão nº 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

A contribuição mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Processos com prognóstico de perda “provável”:

Os assessores legais da Companhia indicaram 820 ações com prognóstico de perda “provável”, referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia.

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			31/12/2020
	31/12/2019	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	23.040	29.218	(18.245)	34.013
Processos cíveis	2.632	65	(861)	1.836
Processos administrativos	496	478	(223)	751
Total	26.168	29.761	(19.329)	36.600

	Controladora			31/12/2020
	31/12/2019	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	23.008	29.218	(18.239)	33.987
Processos cíveis	2.632	65	(861)	1.836
Processos administrativos	496	478	(223)	751
Total	26.136	29.761	(19.323)	36.574

Processos com prognóstico de perda “possível”:

A Companhia e sua controlada possuem mais outras 472 ações referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios (368 em 2019) com prognóstico de perda “possível”, no montante estimado de R\$ 336.978 (R\$ 407.777 em 2019).

Quanto aos processos regulatórios em trâmite, existe um caso específico; a Companhia apresentou à Anac, em 19 de agosto de 2014, a revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão, o que não foi deferido pela Anac. Em virtude deste fato, a Companhia foi autuada por meio do auto de infração nº 1072/2014, pelos fundamentos contidos no relatório de inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18/08/2014, que foi julgada em 27/05/2016 em 1ª instância e aplicou multa no valor de R\$ 95.050. Desta decisão a Companhia interpôs recurso que foi julgado em 06 de outubro de 2016, na 21ª Reunião Deliberativa da Diretoria, que decidiu por unanimidade a anulação da decisão de 1ª instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R\$ 95.050, e determinou que o processo retornasse à primeira instância para reabertura da fase instrutória.

Assim, em 07 de agosto de 2017, após encerramento da instrução sobreveio nova decisão que aplicou a penalidade de R\$ 97.761, a Companhia interpôs recurso que foi julgado em 20 de fevereiro de 2018, com deferimento parcial e redução no valor multa para R\$ 60.048 pelo não cumprimento da Fase 1B, bem como multa diária no valor de R\$ 600, por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014.

Em razão da multa por descumprimento pelo evento, a Anac ajuizou 3 processos administrativos para apurar os valores referentes a multa diária pela não entrega dos 3 componentes obrigatórios, quais sejam (i) Novo Terminal de passageiros; (ii) Acesso viário correspondente e estacionamento de veículos; e (iii) Área de pátio para aeronaves, que resultaram na aplicação de multas respectivamente em R\$ 238 milhões; R\$ 62 milhões e R\$ 23 milhões. Ressalta-se que decorrência destas multas, a Companhia ajuizou ações para anulá-las.

Por fim, esclarece que em razão da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia e Anac celebraram acordo para suspensão de todos os processos judiciais pelo prazo necessário à verificação das condições previstas no compromisso arbitral celebrado. Uma vez implementadas todas as condições de eficácia do Compromisso Arbitral celebrado, a Concessionária requereu a extinção dos processos judiciais existentes em face da Anac. Atualmente, todos os processos foram extintos sem resolução de mérito, de maneira que os temas serão discutidos exclusivamente em sede arbitral.

21. Patrimônio líquido

Capital social

O capital total da Companhia se manteve em R\$ 1.728.500 onde R\$ 142.000 se refere ao capital a integralizar com valor unitário de R\$ 0,4059, já o capital integralizado se manteve em R\$ 1.586.500, onde R\$ 809.115 referente a 51% do acionista privado (ABSA) e R\$ 777.385 referente à 49% do acionista público (Infraero), com valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A seguir, a composição acionária em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Acionistas	Quantidade de		
	ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A.	809.115	809.115	51
Infraero	777.385	777.385	49
Capital integralizado	1.586.500	1.586.500	100
Capital a integralizar	142.000	142.000	
Capital subscrito	1.728.500	1.728.500	

22. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Negócios com cargas	664.545	482.886	664.545	482.886
Negócios com linhas aéreas	134.066	199.654	134.066	199.654
Receitas comerciais	72.058	95.711	72.058	95.711
Estacionamentos	12.748	5.188	12.748	5.188
Publicidade e marketing	1.729	2.723	1.729	2.723
Receita operacional bruta de serviços	885.146	786.162	885.146	786.162
Receita de construção - OCPC 05	4.062	8.853	4.062	8.853
Outras receitas	2.332	(66)	2.332	(66)
Total	891.540	794.949	891.540	794.949
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(106.759)	(99.349)	(106.759)	(99.349)
Receita operacional líquida	784.781	695.600	784.781	695.600

23. Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal e encargos sociais	(77.804)	(70.154)	(77.790)	(70.154)
Serviços contratados e locações	(74.287)	(88.126)	(74.291)	(88.126)
Depreciação e amortização	(167.383)	(168.894)	(167.373)	(168.878)
Contribuição mensal	(170.543)	(143.847)	(170.543)	(143.847)
Outorga de concessão - parcela variável	(34.243)	(30.776)	(34.243)	(30.776)
Utilidades e serviços públicos	(7.685)	(8.742)	(7.685)	(8.742)
Seguros e garantias	(7.160)	(5.901)	(7.160)	(5.901)
Materiais de uso e consumo	(11.395)	(11.850)	(11.379)	(11.850)
Outros	(3.162)	(564)	(3.143)	(566)
Total	(553.662)	(528.854)	(553.607)	(528.840)
Custos de construção - OCPC 05	(4.062)	(8.853)	(4.062)	(8.853)
Total	(557.724)	(537.707)	(557.669)	(537.693)

24. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal e encargos sociais	(29.722)	(16.351)	(29.722)	(16.351)
Serviços contratados e locações	(19.555)	(9.530)	(19.555)	(9.530)
Utilidades e serviços públicos	(3.941)	(4.937)	(3.941)	(4.937)
Provisão para perda de crédito esperadas	(2.309)	(1.548)	(2.309)	(1.547)
Despesas gerais e representações	(23.061)	(11.925)	(23.061)	(11.925)
Honorários de conselheiros	(1.332)	(1.356)	(1.332)	(1.356)
Tributos e contribuições	(245)	(186)	(245)	(186)
Provisões para contingências	(10.432)	(9.743)	(10.438)	(9.743)
Depreciação e amortização	(669)	(665)	(669)	(646)
Materiais de uso e consumo	(313)	(405)	(313)	(405)
Outras	(209)	(84)	(209)	(89)
Total	(91.788)	(56.730)	(91.794)	(56.715)

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	47.457	(102.766)	47.457	(102.766)
Total	47.457	(102.766)	47.457	(102.766)

26. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.456	15.988	5.456	15.988
Descontos obtidos e juros ativos	26.051	1.733	26.051	1.733
Variações monetárias ativas	(180)	603	(180)	603
Total	31.327	18.324	31.327	18.324
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos BNDES	(202.591)	(199.065)	(202.591)	(199.065)
Atualização monetária da outorga fixa (IPCA - IBGE)	(60.811)	(153.587)	(60.663)	(153.587)
Encargos sobre debentures	(59.909)	(62.650)	(59.909)	(62.650)
Recomposição do ajuste ao valor presente da outorga fixa	(118.161)	(120.388)	(118.260)	(120.388)
Juros pagos e incorridos	(121.011)	(36.525)	(121.058)	(36.358)
Outros	(6.035)	(9.474)	(5.985)	(9.426)
Total	(568.518)	(581.689)	(568.466)	(581.474)
Total	(537.191)	(563.365)	(537.139)	(563.150)

27. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. A interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40(R1)

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020		31/12/2020	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	23.133	23.133	23.133	23.133
Aplicações financeiras	45.164	45.164	45.164	45.164
Depósitos vinculados	56.355	56.355	56.355	56.355
Clientes	60.098	60.098	60.098	60.098
Partes relacionadas	15.079	18.016	15.079	18.016
Impostos a recuperar	38.831	38.628	38.831	38.628
Depósitos e cauções	3.906	3.906	3.906	3.906
Adiantamentos a fornecedores	14.445	14.445	14.445	14.445
Outros ativos	1.728	1.728	1.728	1.728
Total	258.739	261.473	258.739	261.473
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.246.890	2.246.890	2.246.890	2.246.890
Fornecedores	46.710	46.589	46.710	46.589
Salários e encargos sociais	12.861	12.851	12.861	12.851
Impostos a recolher	99.482	98.484	99.482	98.484
Outorga a pagar	3.821.446	3.819.610	3.821.446	3.819.610
Partes relacionadas	19.417	24.802	19.417	24.802
Outras obrigações	19.835	19.925	19.835	19.925
Total	6.266.641	6.269.151	6.266.641	6.269.151
Total	(6.007.902)	(6.007.678)	(6.007.902)	(6.007.678)

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019		31/12/2019	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	12.286	12.286	12.286	12.286
Aplicações financeiras	26.124	26.124	26.124	26.124
Depósitos vinculados	195.750	195.750	195.750	195.750
Clientes	55.801	55.801	55.801	55.801
Partes relacionadas	8.855	10.625	8.855	10.625
Impostos a recuperar	47.817	47.614	47.817	47.614
Depósitos e cauções	27.466	27.466	27.466	27.466
Adiantamentos a fornecedores	11.478	11.478	11.478	11.478
Outros ativos	1.735	1.735	1.735	1.735
Total	387.312	388.879	387.312	388.879
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.343.485	2.343.485	2.343.485	2.343.485
Fornecedores	127.027	126.359	127.027	126.359
Salários e encargos sociais	17.092	17.081	17.092	17.081
Impostos a recolher	105.799	104.231	105.799	104.231
Outorga a pagar	3.513.773	3.511.986	3.513.773	3.511.986
Partes relacionadas	19.093	24.478	19.093	24.478
Outras obrigações	21.140	21.230	21.140	21.230
Total	6.147.409	6.148.850	6.147.409	6.148.850
Total	(5.760.097)	(5.759.971)	(5.760.097)	(5.759.971)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os principais riscos de mercado e regulatórios aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

c) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar/negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias, que não sejam relativas ao processo de relicitação.

Em relação a um possível ato político que implique o rompimento unilateral da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da Anac emitido em 09 de fevereiro de 2018, que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão após a aprovação da relicitação.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para tais riscos.

A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos na atual situação do Contrato de Concessão.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019 operações com derivativos financeiros.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

28. Coberturas de seguros

A Companhia, por força do contrato de concessão, é obrigada a ter coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

- **Garantia de execução contratual** – tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente, porém com a eficácia 2º Termo Aditivo, a Concessionária está dispensada da prestação de garantia de execução contratual estabelecida pelo item 3.1.66 do Contrato de Concessão;

- **Seguro de responsabilidade civil geral** – tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros;
- **Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos** – tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações;
- **Seguro de riscos operacionais** – tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia;
- **Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral** – tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros;
- **Seguro de responsabilidade civil de administradores – D&O** – tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2020 a 25/05/2021
Riscos operacionais	R\$ 2.763.291	25/05/2020 a 25/05/2021
Responsabilidade civil geral	R\$ 20.000	25/05/2020 a 25/05/2021
Responsabilidade civil de administradores - D&O	R\$ 30.000	27/09/2020 a 27/09/2021

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2021, houve a conversão de ações preferenciais do acionista privado (ABSA) detidas pela TPI em ações ordinárias daquela companhia e, em 19 de fevereiro de 2021, houve uma redução de capital no acionista privado, cancelando ações que foram subscritas e não integralizadas, sem transferência de recursos a quaisquer dos seus acionistas, portanto, de modo que a composição societária da acionista privada passou a ser a seguinte: Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (68,65%); UTC Participações S.A. - UTC (28,41%); e Egis Airport Operation (2,94%).

Em 09 de fevereiro de 2021, a Companhia deu início ao processo de arbitragem contra a Anac na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), à qual serão submetidas todas as questões e divergências entre as partes relacionadas ao Contrato de Concessão, dentre as quais pode-se destacar às atinentes aos 8 (oito) pleitos já submetidos administrativamente à Anac; à anulação de multas diárias e por evento, impostas por suposto descumprimento contratual; bem como às prováveis divergências na metodologia de cálculo do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados. Pelas regras da CCI, o tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, sendo um indicado pela Companhia, um indicado pela Anac e estes dois árbitros elegerão, de comum acordo, um terceiro árbitro, que será o presidente. A Companhia já indicou o seu árbitro e agora aguarda a indicação de árbitro por parte da Anac, para que o tribunal possa ser instalado e o processo possa ser iniciado.

Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou acordo com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários - SINA para o pagamento do passivo trabalhista derivado de 3 (três) ações coletivas intentadas pelo próprio SINA, relativas à adicional de periculosidade para determinados colaboradores do Terminal de Cargas - TECA. O acordo envolve o montante global de R\$ 24.662, sendo que, por decisão da justiça do trabalho, será necessário a obtenção de anuências individuais, ressalvando-se aos não anuentes o direito de ajuizar reclamações trabalhistas individuais contra a Companhia. Tão logo a Companhia receba do SINA as anuências dos trabalhadores, os pagamentos serão iniciados.

Em 10 de março de 2021, transitou em julgado a decisão de encerramento da recuperação judicial, de forma que a partir desta a data a Companhia está tecnicamente fora do citado regime.

* * *